Município de Alcácer do Sal
Reunião de Câmara
Ordinária ☒ Extraordinária ☐
DELIBERAÇÃO
APROVADA POR UNANIMIDADE
Data 09/10/2026 O Presidente

Município de Alcácer do Sal

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Reunião Ordinária de 24 de setembro de 2026

Ata n.º 18

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Os trabalhos foram conduzidos pela presidente, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, na presença dos vereadores, António José Freitas Grilo, vice-presidente, Mário Alberto Martins Caixas, Rafael Martins Correia e Maria Manuela Loureiro Caixas em regime de substituição.

A reunião foi secretariada pela assistente técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha.

Pelas nove horas e trinta minutos, a presidente cumprimentou os presentes e deu início à reunião.

A presidente justificou a ausência da Vereadora Ana Margarida Fura Morgado.

Período Antes da Ordem do Dia

A presidente informou que no dia 22 de setembro, houve uma reunião em Lisboa, na sede da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com a participação de representantes da APA e da DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, na sequência de uma reunião anteriormente realizada em Alcácer do Sal, tendo como principal objetivo acompanhar e avaliar a situação das barragens e os respetivos mecanismos de segurança, no âmbito das medidas preventivas que estão a ser desenvolvidas para o próximo inverno.

Referiu que, na reunião, foi possível verificar que já foram desenvolvidas diversas diligências por parte das entidades competentes, designadamente no que respeita à monitorização dos níveis das barragens. Informou ainda que a DGADR havia

solicitado às Associações de Regantes, informação sobre o estado dos mecanismos de abertura e dos sistemas de descarga de fundo das barragens, enquanto elementos fundamentais para a segurança das mesmas.

A presidente destacou que uma das questões que o Município considerou essencial acompanhar presencialmente prende-se com a verificação do funcionamento dos mecanismos de segurança das barragens, tendo ficado acordada a realização de visitas técnicas às diversas infraestruturas, com acompanhamento das equipas técnicas da DGADR e, previsivelmente, de elementos da APA, bem como dos serviços do Município. Informou que a primeira dessas visitas se encontrava já agendada para o dia 30 de setembro.

Salientou ainda que o Município procurou esclarecer as responsabilidades de cada uma das entidades envolvidas, designadamente no que respeita à monitorização dos níveis das barragens, à articulação com as associações de regantes e à definição das entidades responsáveis pela emissão das orientações e pela atuação em caso de necessidade.

A presidente considerou, assim, importante referir que as entidades competentes se encontram a desenvolver os respetivos trabalhos e que existe uma articulação entre as mesmas, designadamente entre a APA e a DGADR, tendo em conta as diferentes competências que lhes estão atribuídas relativamente aos aproveitamentos hidroagrícolas e às barragens.

Informou, igualmente, que, no dia anterior, uma equipa técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) se deslocou ao Município com o objetivo de preparar a candidatura ao Fundo de Emergência Municipal (FEM), salientando que o Município de Alcácer do Sal é o único município do Alentejo abrangido por uma candidatura a este Fundo, em virtude de ter sido o único município da região onde foi decretado o estado de calamidade.

De seguida, a presidente concedeu a palavra ao vereador António Grilo, por ter acompanhado diretamente a referida reunião, para que prestasse os esclarecimentos complementares relativamente aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da candidatura ao Fundo de Emergência Municipal.

O vereador António Grilo, que começou por cumprimentar a presidente, os restantes membros da Câmara Municipal, os funcionários e o público presente.

De seguida e relativamente à reunião realizada no dia anterior, esclareceu que se tratou efetivamente de uma reunião de trabalho, tendo contado com a presença de uma equipa técnica da CCDR, com o objetivo de recolher informação e conhecer as pretensões do Município relativamente à candidatura em causa.

Referiu que a candidatura deverá ser formalizada até ao final do mês de novembro, dispondo o Município de pouco mais de um mês para a sua preparação. Explicou que, nesta fase, não é exigido um elevado grau de maturidade dos projetos, tendo o Município transmitido à equipa técnica da CCDR as dificuldades atualmente sentidas na contratualização dos projetos, uma vez que não dispõe, internamente, de todo o conhecimento técnico necessário para a sua elaboração, sendo necessário recorrer a entidades externas.

Acrescentou que alguns dos projetos revestem particular complexidade e se pretendem estruturantes para a minimização de futuras ocorrências, pelo que carecem de análises e estudos prévios que poderão exigir um período considerável. Assim, nesta fase, o trabalho desenvolvido pelo Município passa pela compilação do máximo de informação possível, de forma a permitir a obtenção de valores estimados e realistas para os projetos a submeter.

Informou, igualmente, que a própria equipa da CCDR ainda não dispõe de informação completa relativamente ao modo de funcionamento e às regras concretas deste apoio, sendo o processo coordenado pela DGAL e pela Unidade de Missão. Referiu que a candidatura se encontra aberta aos territórios abrangidos pela respetiva intervenção, salientando que o Município de Alcácer do Sal é, no contexto do Alentejo, o único município abrangido, circunstância que tem contribuído para a disponibilidade demonstrada pela equipa técnica da CCDR no acompanhamento do processo, uma vez que será essa entidade a proceder à validação da candidatura apresentada pelo Município.

O vereador António Grilo, referiu ainda, que está em causa um conjunto alargado de operações e que, à presente data, ainda não se encontram totalmente definidos os prazos para a respetiva execução. Alertou que a definição de prazos demasiado reduzidos poderá condicionar a concretização de algumas das operações previstas, dando como exemplo a possibilidade de serem estabelecidos prazos de execução de 18 meses, que poderão ser insuficientes para a concretização de determinados projetos, atendendo à sua complexidade.

Relativamente ao financiamento, o vereador informou que, neste momento, o FEM assegura 60% do financiamento das operações, existindo a possibilidade de o Fundo Social Europeu vir a complementar esse financiamento. Contudo, esclareceu que ainda não foi disponibilizada qualquer orientação concreta que permita determinar qual será a percentagem adicional de financiamento, não sendo, por isso, possível saber se estará em causa um complemento de 15%, 20% ou outro valor.

O Vereador António Grilo acrescentou que o recurso ao Banco Europeu de Investimento (BEI) constitui, igualmente, uma possibilidade para assegurar o

financiamento da verba remanescente, embora as respetivas regras ainda não estejam definidas. Explicou que será o Governo a negociar diretamente o eventual empréstimo junto do BEI, sendo posteriormente a verba repartida pelos municípios.

O vereador António Grilo concluiu, referindo que subsiste ainda um conjunto significativo de informação por concretizar e consolidar, mas considerou que a reunião de trabalho realizada foi bastante positiva e produtiva. Manifestou, por fim, a confiança de que o Município estará preparado para apresentar a candidatura até ao final do mês de novembro, estando em causa um volume de investimento e de financiamento que poderá ascender a vários milhões de euros.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente uma Declaração Política, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo I à presente ata.

O vereador António Grilo, disse que relativamente à declaração proferida pelo vereador Mário Caixas, é mais importante que os membros do executivo se concentrarem no trabalho da Câmara Municipal, solicitando à presidente que assegurasse o cumprimento do Regimento, designadamente no que respeita ao tempo destinado às intervenções de cada eleito. Referindo também que o vereador precisa de palco, havendo plataformas muito mais interessantes como o Youtube, onde tem mais alcance, e mais gente para o ouvir, concluindo que é escusado sermos presenteados com estas agressões gratuitas.

A presidente, agradeceu os conselhos dados pelo vereador António Grilo, concluindo que irá pensar sobre os mesmos.

Período de Intervenção do Público

A munícipe D. Sofia Luz, residente em Alcácer do Sal, apresentou uma proposta relativa à criação de um parque infantil na baixa da Cidade.

A munícipe começou por referir que, enquanto residente e mãe, considera existir uma necessidade significativa de espaços adequados para as crianças brincarem na cidade. Nesse sentido, chamou a atenção para uma zona localizada na baixa da Cidade que, segundo referiu, terá funcionado anteriormente como parque infantil e que se encontra atualmente sem utilização e em estado de abandono.

Propôs, assim, que o Município avalie a possibilidade de intervencionar aquele espaço e proceder à criação de um parque infantil, considerando a necessidade de reforçar a oferta de equipamentos destinados às crianças e às famílias.

Sublinhou ainda que alguns dos parques infantis existentes na cidade se encontram degradados, defendendo a importância de criar e manter espaços adequados e

seguros para as crianças, numa perspetiva de valorização de Alcácer do Sal enquanto cidade amiga das famílias.

A munícipe relacionou igualmente a sua proposta com a Semana Europeia da Mobilidade e com a promoção da prática desportiva e de estilos de vida mais ativos entre as crianças, considerando essencial a existência de espaços públicos que lhes permitam brincar e desenvolver atividades ao ar livre.

Informou, ainda, que promoveu um abaixo-assinado, tendo recolhido 122 assinaturas de cidadãos que manifestaram o seu apoio à criação do referido parque infantil, acrescentando que, caso as crianças pudessem participar neste tipo de iniciativa, o número de apoiantes seria certamente superior.

Por fim, referiu dispor de documentação relacionada com a proposta, incluindo orçamentos de empresas especializadas na construção de parques infantis, que poderão servir como referência inicial quanto aos custos envolvidos, embora reconheça que será necessário proceder a uma análise e a estudos técnicos mais aprofundados. Manifestou disponibilidade para disponibilizar essa documentação ao Município e questionou sobre a forma de formalizar a proposta apresentada.

A presidente agradeceu a intervenção da munícipe, referindo que a preocupação manifestada é igualmente uma preocupação do Município.

Informou que se encontra em curso a reabilitação do projeto da Margem Sul, o qual contempla também a instalação de um parque infantil, salientando que este espaço constitui uma prioridade para o Executivo.

Relativamente ao espaço referido pela munícipe, a presidente reconheceu a necessidade da sua qualificação, referindo que, desde o início, foram identificadas diversas situações que carecem de intervenção e que serão objeto de correção.

Sublinhou que o objetivo do Município é afirmar Alcácer do Sal como uma cidade cada vez mais vocacionada para as famílias, valorizando a possibilidade de as crianças usufruírem dos espaços públicos, brincarem e desenvolverem atividades ao ar livre, naturalmente com o devido acompanhamento.

Informou ainda que o Município já procedeu ao levantamento das necessidades existentes e que as respetivas equipas se encontram a trabalhar com vista à concretização dos projetos de reabilitação, não apenas daquela zona, mas também, e em particular, na Margem Sul.

Acrescentou que os parques infantis constituem uma prioridade do Executivo, incluindo o parque existente no Jardim Público, cuja intervenção se encontra integrada num projeto de reabilitação mais abrangente daquele espaço.

A presidente explicou que o Município enfrenta, contudo, limitações ao nível dos recursos técnicos disponíveis, uma vez que os mesmos têm de assegurar,

simultaneamente, a tramitação dos processos de licenciamento e demais procedimentos administrativos e o desenvolvimento dos projetos de intervenção. Em consequência, tem sido necessário recorrer à elaboração de projetos por entidades externas, encontrando-se atualmente esses trabalhos em desenvolvimento.

Por fim, a presidente, agradeceu à munícipe a sugestão apresentada, salientando a importância da participação dos cidadãos, e deu-lhe as boas-vindas a Alcácer do Sal, desejando-lhe uma feliz permanência no concelho.

A munícipe D. Sofia Luz, salientou ainda a importância da criação de zonas de sombra, tendo em conta os dias de temperaturas elevadas que se têm verificado e o impacto que a ausência de sombra tem na utilização do espaço público, nomeadamente por parte de pessoas que se deslocam a pé ou de bicicleta e de famílias com crianças de tenra idade.

A munícipe referiu, a título de exemplo, a existência de árvores de grande porte e de sombra na Praça, junto aos bancos, destacando a sensação de frescura proporcionada pela arborização e considerando evidente a necessidade de assegurar soluções semelhantes noutros espaços da cidade.

Salientando ainda, a importância do investimento na mobilidade suave, designadamente no âmbito da eventual reestruturação das margens, por considerar que as atuais condições não garantem a necessária segurança para a circulação de bicicletas e para os peões nos passeios.

Por fim, a munícipe, manifestou compreensão relativamente ao facto de intervenções desta natureza não poderem ser concretizadas de imediato, mas considerou importante que a população seja informada sobre os passos que venham a ser dados pelo Município, promovendo-se a transparência e a possibilidade de participação dos munícipes.

A presidente, manifestou concordância com a necessidade de uma abordagem integrada, considerando-se fundamental a realização de um estudo global sobre esta matéria. Salientado que não deverá continuar a apostar-se em intervenções ou soluções avulsas e desarticuladas em diferentes zonas da cidade, sendo necessário definir uma estratégia coerente e integrada para a mobilidade suave.

A presidente referiu também, que esta abordagem deverá abranger não apenas a cidade de Alcácer do Sal, mas também algumas das freguesias do concelho, tendo em vista uma visão global e articulada das necessidades de mobilidade.

O presidente da Junta de Freguesia do Torrão, o Sr. Hélder Moutinho, manifestou um agradecimento à presidente, pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na freguesia. Foi destacado o conjunto de ações realizadas, desde a Feira Medieval até às intervenções mais recentes, nomeadamente a disponibilização de um camião para

a recolha de resíduos, de verdes e de outros materiais, bem como outras iniciativas realizadas na freguesia. Foi, assim, deixado um agradecimento público pelo trabalho desenvolvido e pelo apoio prestado ao Torrão.

A presidente agradeceu a intervenção do Senhor Hélder Motinho, salientando que o trabalho na freguesia do Torrão se encontra ainda numa fase inicial, existindo diversas intervenções que importa concretizar.

Referindo que o Município pretende avançar com a reabilitação de algumas ruas e com a colocação de pavimento betuminoso, destacando igualmente a importância da higiene urbana. Nesse âmbito, informou que já foram disponibilizados um camião de recolha de resíduos e uma varredoura, equipamentos considerados fundamentais para melhorar a prestação do serviço.

A presidente sublinhou, contudo, a necessidade de reforçar a equipa afeta à freguesia do Torrão, particularmente na área da higiene e limpeza urbana, informando que o Município se encontra já a promover um procedimento concursal para a contratação de três assistentes operacionais, com o objetivo de reforçar aquela equipa. Explicou que se pretende assegurar não só a recolha diária de resíduos na vila do Torrão, mas também o funcionamento diário da varredoura, considerando que o serviço prestado por este equipamento é distinto e complementar ao trabalho de varredura manual.

Informando ainda que será alargada à vila do Torrão a recolha de bio resíduos, abrangendo o setor da restauração e a zona dos supermercados, numa primeira fase através do sistema OREC e, posteriormente, também através da recolha individual, à semelhança do procedimento já implementado na freguesia da Comporta.

Por fim, a presidente afirmou que, apesar do trabalho já iniciado, é necessário continuar a desenvolver esforços e a concretizar mais intervenções em benefício da freguesia do Torrão e das restantes freguesias do concelho.

Período da Ordem do Dia

Aprovação da ata:

Foi dispensada a leitura das atas por as mesmas ter sido previamente distribuídas.

- A ata n.º 16 de 27 de agosto de 2026.
- A ata n.º 17 de 10 de setembro de 2026.

A presidente questionou os vereadores se tinham alguma questão ou observação a colocar relativamente às atas em apreciação.

Intervenções:

O vereador Mário Caixas, disse que, relativamente à Ata n.º 17, da reunião ordinária realizada em 10 de setembro de 2026, foram identificadas as seguintes incorreções:

- Linhas 164 e 165: onde se lê *«caso a presidente não estivesse a cumprir o estabelecido no n.º 7 do artigo 42.º do RJAL»*, deverá ler-se *«caso a Presidente estivesse a cumprir o estabelecido no número 7 do artigo 42.º do RJAL»*.
- Linhas 175 e 176: consta a expressão *«questionou ainda, se tal situação poderia configurar um processo de atentamente»*, sendo que a mesma não apresenta sentido no contexto da intervenção, aconselha-se sua correção.
-- Linha 1123: encontra-se repetido o ano *«2025»*.
- Linha 1129: onde se lê *«supercarregar a Câmara Municipal»*, deverá ler-se, «sobrecarregar *a Câmara Municipal»*.
- Linha 1173: onde se lê *«profere espaços»*, deverá ler-se *«profere despachos»*.
O vereador António Grilo, disse que relativamente à Ata n.º 16, propõe as seguintes alterações:
- Na linha 198, onde se lê: «referindo, a título de exemplo, uma reunião realizada nas instalações municipais, com a sua participação, a do Vereador António Grilo e técnicos municipais, na qual teria sido abordada essa questão», deve ler-se: «referindo, a título de exemplo, uma reunião acerca do caso do Sr. José Cecílio, realizada nas instalações municipais, com a sua participação, a do Vereador António Grilo, da Dra. Teresa de Sousa e da Dra. Ana Freitas».
- Relativamente à linha 205, solicitou que fosse retirada a expressão «em seu entendimento», por se tratar de uma interpretação do serviço que não corresponde ao vocábulo por si utilizado.
solicitou ainda que, onde consta «mentiras», passe a constar «mentira».
Foi deliberado, por unanimidade, retirar as atas para correção, e trazer para aprovação na próxima Reunião de Câmara.

Foi dado conhecimento do saldo de Tesouraria, o qual se dá por integralmente reproduzido no anexo II à presente ata.

01 – Análise e votação da proposta referente à alteração do dia da Reunião de Câmara de 08 para 09 de outubro/2026, a qual de dá por reproduzida no anexo III à presente ata.
A Presidente, esclareceu que a alteração da data da Reunião de Câmara, se justifica pela necessidade de assegurar mais tempo para a preparação da documentação da reunião, tendo em consideração, a greve prevista para o dia 2 de outubro e o feriado do dia 5 de outubro. Acrescentou que, no dia 8 de outubro, está igualmente prevista uma visita da Associação Nacional de Municípios, destinada à apresentação do

Observatório, tendo sido essa a data possível para compatibilizar as agendas dos vários Presidentes de Câmara envolvidos.
Face aos motivos expostos e em conformidade com o Regimento, a presidente propôs a alteração da reunião de Câmara do dia 8 para o dia 9 de outubro, à mesma hora.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

02 – Análise e votação da proposta referente ao protocolo de colaboração com a Associação de Salvaguarda do Património do Alentejo – Pedra Angular, a qual de dá por reproduzida no anexo IV à presente ata.
A presidente, apresentou a proposta de celebração de um protocolo com a Associação de Salvaguarda do Património do Alentejo – Pedra Angular, entidade responsável pela promoção do Festival Terras Sem Sombra, cuja programação integra uma forte componente musical, bem como iniciativas de valorização e promoção do património natural, arqueológico e histórico dos territórios abrangidos.
Referindo que o Festival Terras Sem Sombra, que se realiza há vários anos em diversos municípios do Alentejo, já contou anteriormente com a participação do Município em uma ou duas edições.
A presidente disse, que a proposta apresentada visa estabelecer uma parceria com a referida entidade para o desenvolvimento, durante o corrente ano, de diversas atividades no concelho. No âmbito da programação desta edição, dedicada à Polónia, está prevista, para o dia 5 de dezembro, a atuação de uma orquestra polaca na Igreja da Pousada do Castelo, bem como a realização de atividades de valorização e promoção do património natural da vila do Torrão e do património histórico e cultural de Alcácer do Sal.
A presidente salientou, a importância do trabalho desenvolvido pela Associação Pedra Angular, considerando-se que a sua intervenção constitui uma mais-valia para os territórios onde o Festival se realiza, contribuindo para a sua promoção e valorização cultural e patrimonial.
Referindo ainda, que o protocolo vigorará até ao final do mês de dezembro, sendo posteriormente aberta nova candidatura para a edição seguinte do Festival, que terá um novo tema e outro país como referência, mantendo, contudo, uma forte componente musical.
Intervenções:
O vereador Rafael Correia, disse que não concorda com a proposta apresentada, uma vez que a associação em causa não pertence ao concelho de Alcácer do Sal. Manifestou igualmente a sua discordância relativamente aos valores constantes da

proposta, esclarecendo que, por esses motivos, os vereadores da CDU, votaram contra a mesma.

A presidente, esclareceu que a associação em causa desenvolve a sua atividade à escala de todo o Alentejo, não se tratando de uma associação circunscrita ao concelho de Alcácer do Sal, mas de uma entidade que promove e dinamiza atividades em diversos municípios da região.

Salientou, ainda, a relevância cultural da associação, designadamente na promoção de atividades na área da música, considerando que esta constitui uma dimensão de particular importância para o concelho, contribuindo igualmente para a valorização e divulgação do território através de uma perspetiva diferenciada.

O vereador Rafael Correia, referiu que, com o devido respeito, tinha conhecimento de que outros municípios também haviam votado contra o referido projeto, pelo que o seu grupo manteria a posição anteriormente manifestada. Acrescentou que se trata de uma associação que não integra o território do concelho de Alcácer do Sal e considerou que existem instituições do concelho que poderão necessitar de um apoio municipal mais significativo do que os valores previstos na proposta. Concluiu, assim, que manteriam a sua posição relativamente à mesma.

O vereador Mário Caixas, questionou se o conteúdo do referido protocolo, tinha sido objeto de discussão entre a entidade proponente e a Câmara Municipal, ou se correspondia a um modelo previamente definido e aplicado de forma uniforme.

Questionou ainda se houve discussão na referência constante do documento ao logótipo da Pedra Angular e do Festival Terras Sem Sombra.

A presidente, esclareceu que houve discussão relativamente ao protocolo, referindo que o valor e as condições são iguais para todos os concelhos. Acrescentou que o Município concorda com a celebração do protocolo, por considerar importante a diversificação das iniciativas e por acompanhar, há vários anos, o trabalho desenvolvido pela entidade em diversos municípios do Alentejo, nomeadamente em Sines, Grândola, Santiago do Cacém e Ferreira do Alentejo.

O vereador António Grilo referiu compreender o ponto de vista dos vereadores da CDU, esclarecendo, contudo, que a questão em análise não se prende diretamente com o apoio ao associativismo, mas antes com uma programação cultural para o território do concelho. Explicou que, neste caso, a entidade responsável pela atividade assume a forma jurídica de associação, o que não significa que o apoio em causa deva ser enquadrado como apoio ao associativismo. Acrescentou que situações semelhantes poderiam ocorrer, por exemplo, com uma peça de teatro promovida por uma entidade constituída sob a forma de associação, sendo o respetivo

enquadramento igualmente o de uma programação cultural e não o de um apoio associativo.

Mais esclareceu que, caso a entidade tivesse a natureza jurídica de uma empresa, estar-se-ia perante um procedimento de aquisição ou contratação de serviços, o que não corresponde à situação em análise. Sublinhou, assim, que, embora a entidade que tutela a atividade seja uma associação, considera que as duas matérias não são comparáveis, uma vez que o que está em causa é a integração de uma iniciativa de qualidade na programação cultural do concelho.

O vereador António Grilo referiu, compreender as necessidades das associações do concelho e salientou que estas precisam efetivamente de apoios, designadamente de verbas de capital para a remodelação das suas instalações e de verbas correntes que lhes permitam desenvolver uma atividade mais dinâmica e com maior qualidade. Contudo, reiterou que essa é uma matéria distinta da que se encontra em apreciação, estando em causa, neste caso, uma programação cultural destinada ao território concelhio.

O vereador Mário Caixas, questionou, por sua vez, a escolha da Pousada como local para a realização da iniciativa, considerando tratar-se de um espaço que, apesar de se encontrar aberto ao público, é pouco frequentado pelos munícipes de Alcácer do Sal. Sugeriu, como alternativa, a Igreja de Santiago, por se tratar de um local mais central e de mais fácil acesso, tanto para quem visita o concelho como para os próprios munícipes. Referiu ainda que muitos alcacerenses não se deslocam àquele local por considerarem, erradamente, que o acesso se encontra vedado ao público.

A presidente, esclareceu que a escolha da Igreja da Pousada para a realização do concerto se deveu, essencialmente, a questões de natureza técnica relacionadas com a acústica do espaço. Referiu, a título de exemplo, que os concertos de Natal do Coral Almira têm sido realizados na Igreja de Santiago, embora o respetivo Maestro tenha manifestado, por diversas vezes, algumas reservas relativamente às condições acústicas daquele espaço.

A presidente acrescentou que, no caso em apreciação, se trata de uma orquestra polaca, tendo as condições dos diferentes espaços, sido avaliadas por pessoas tecnicamente habilitadas e com conhecimento específico desta matéria. Sublinhou ainda que, apesar das questões relacionadas com a acústica, o próximo concerto do Coral Almira continuará a realizar-se na Igreja de Santiago, por opção do Município.

A presidente esclareceu igualmente que, apesar de a Igreja de Santiago dispor de maior capacidade para acolher público, o espaço disponível para a instalação de toda a orquestra é mais reduzido, circunstância que também foi considerada na escolha do local.

A presidente rejeitou, de forma expressa, que a opção pela Igreja da Pousada tivesse qualquer fundamento de natureza elitista, salientando que a atividade poderia ser realizada noutro espaço, caso as condições técnicas o permitissem, uma vez que o objetivo do Município é proporcionar à população o acesso à iniciativa.

Relativamente à natureza do apoio em apreciação, a presidente esclareceu que a intervenção da associação decorre essencialmente da necessidade de formalizar a prestação e o pagamento do serviço cultural, assumindo a forma de protocolo por ser através daquela entidade que se concretiza a realização do Festival Terras Sem Sombra e a atividade em causa. Sublinhou que não está em causa um apoio ao movimento associativo nos moldes habituais, mas antes a contratação e realização de uma atividade cultural de relevante interesse para o Município, envolvendo, designadamente, os custos associados à deslocação e atuação da orquestra.

A presidente acrescentou que a iniciativa se enquadra na estratégia municipal de diversificação da oferta cultural e de formação de públicos, considerando tratar-se de uma atividade de particular relevância para a população. Referiu ainda que, caso fosse possível enquadrar a iniciativa num procedimento de contratação pública convencional, a mesma, atendendo ao seu valor, não teria necessariamente de ser submetida à apreciação da Câmara Municipal.

A presidente informou, por fim, que, no âmbito da iniciativa, está prevista a presença da Senhora Embaixadora da Polónia e que foi igualmente anunciada a possibilidade da presença do Senhor Presidente da República, circunstâncias que, segundo referiu, evidenciam a relevância institucional e cultural que a atividade assume para o concelho.

Referindo ainda que, numa primeira análise, a Igreja de Santiago tenha sido considerada o espaço mais indicado para a realização do concerto. Admitindo, contudo, que a questão pudesse ser novamente colocada à apreciação das equipas técnicas responsáveis, uma vez que a escolha do local assenta em critérios técnicos relacionados com a acústica e com as condições específicas necessárias à realização do concerto.

Esclareceu ainda que, para os responsáveis pela iniciativa, não está apenas em causa a qualidade acústica, mas também a necessidade de proporcionar uma experiência associada ao património local, considerando-se preferencialmente espaços como igrejas ou átrios com dignidade e características patrimoniais adequadas à natureza da atividade, em detrimento de um espaço com características de auditório.

O vereador Mário Caixas, disse que, relativamente à Igreja de Santiago, já assistiu, por diversas vezes, aos concertos das filarmónicas do concelho naquele espaço, considerando que as condições acústicas são muito boas. Nesse sentido, questionou

a possibilidade de alterar o protocolo, substituindo a referência da Igreja da Pousada pela Igreja de Santiago, propondo que essa alteração fosse efetuada, referindo que, caso a mesma fosse acolhida, estaria disponível para votar favoravelmente a proposta.

A presidente referiu que a proposta em apreciação carece de uma definição, uma vez que, caso a proposta não seja aprovada, terá de se informar a entidade responsável para procederem à reformulação do programa, o que, atendendo à proximidade da data prevista para a realização da atividade, pode não ser exequível em tempo útil. Acrescentou que tal situação poderia implicar a necessidade de procurar, junto de outros municípios vizinhos, uma alternativa para acolher um evento desta dimensão, manifestando, ter muita pena, pela eventualidade de o mesmo não se realizar no concelho.

A presidente referiu ainda que iria procurar encontrar uma solução para ultrapassar a questão suscitada, designadamente através de um novo contato com a entidade responsável, no sentido de avaliar a possibilidade de a atuação ter lugar na Igreja de Santiago. A presidente, esclareceu ainda, que não dispunha de competência técnica para se sobrepor à decisão da entidade relativamente às condições acústicas dos espaços, salientando que essa questão havia sido considerada na escolha do local inicialmente proposto.

A presidente admitiu que, caso o vereador Mário Caixas, assim o entendesse, poderia votar a proposta nos termos apresentados, comprometendo-se o Município a solicitar novamente à entidade responsável a avaliação da possibilidade de utilização da Igreja de Santiago. Caso esta solução fosse tecnicamente considerada adequada, não haveria, por parte do Município, qualquer objeção à alteração do local.

Para concluir a presidente, explicou que, no caso do Coral Almira, é possível compatibilizar as necessidades e preferências do respetivo Maestro com a utilização da Igreja de Santiago, uma vez que o Coral continuará a atuar naquele espaço. Todavia, relativamente à Orquestra da Polónia, dada a sua dimensão e as exigências técnicas associadas à atuação, considerou que o Município não poderia impor unilateralmente a alteração do local previamente definido.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com o uso de voto de qualidade da presidente, com uma abstenção do vereador Mário Caixas e 2 votos contra dos vereadores Rafael Correia e Manuela Caixas.

03 – Análise e votação da proposta referente ao memorando de entendimento com a ORA – Associação Orquestra Regional do Alentejo, a qual de dá por reproduzida no anexo V à presente ata.

A presidente, informou que, embora, de acordo com o seu entendimento, o documento pudesse não carecer de submissão à Reunião de Câmara, fez questão de o apresentar ao Executivo Municipal, quer para dar conhecimento do processo aos vereadores, quer para permitir a sua pronúncia sobre o mesmo.

Informou que se encontra a ser preparada uma candidatura para a criação de uma Orquestra Regional do Alentejo, a qual deverá ser submetida no dia 30 de setembro, salientando que o Alentejo é, atualmente, a única região do País que não dispõe de uma orquestra regional. Explicando que, no âmbito de Évora – Capital Europeia da Cultura, foi lançado o desafio para a elaboração desta candidatura, contando o projeto com financiamento do Governo.

Referindo que já existia interesse na criação desta estrutura e que foram realizadas reuniões com a participação das filarmónicas da região, tendo estas manifestado a sua concordância e apoio à criação da Orquestra Regional do Alentejo.

A presidente esclareceu que a candidatura poderá ser apresentada por várias entidades, sendo a Universidade de Évora a entidade que, no âmbito do presente processo, assume a agregação e coordenação da iniciativa. Salientou a importância da criação da orquestra, nomeadamente pela possibilidade de proporcionar oportunidades de trabalho a músicos profissionais que venham a integrar o projeto.

Informando ainda que, caso a candidatura seja aprovada e a orquestra constituída, está prevista a realização da sua primeira atuação no mês de maio do próximo ano, no âmbito da programação da Capital Europeia da Cultura. Acrescentou que, à semelhança do que acontece com outras estruturas musicais e de ensino da região, nomeadamente no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral, se pretende que os municípios que integrem a associação beneficiem de uma programação descentralizada, com realização de espetáculos nos respetivos territórios, bem como de ações de formação e de um trabalho articulado entre os músicos da futura orquestra e os músicos das bandas filarmónicas locais.

A presidente sublinhou, assim, o interesse municipal na concretização deste projeto, considerando importante que o Município de Alcácer do Sal participe numa iniciativa de âmbito regional que envolve todo o território do Alentejo, referindo que o Memorando de Entendimento em apreciação constitui apenas uma manifestação de interesse do Município na criação e integração da futura Orquestra Regional do Alentejo, não implicando, nesta fase, qualquer compromisso financeiro por parte do Município.

Mais informou que, após a submissão da candidatura e uma vez apurado o número de municípios que efetivamente aderirem ao projeto, será definida a comparticipação anual a suportar por cada município, correspondente à respetiva quota de participação na associação. Em função dessa participação, os municípios poderão beneficiar dos serviços e atividades desenvolvidos pela orquestra.

Por fim, a presidente disse ter conhecimento de que alguns Presidentes de Câmara subscreveram o Memorando de Entendimento sem o submeter previamente à respetiva reunião de Câmara, mas que entendeu proceder de forma diferente, trazendo o documento à apreciação do Executivo Municipal, não só para dar conhecimento do processo aos vereadores, mas também para que estes pudessem se pronunciar.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com 2 abstenções dos vereadores Rafael Correia e Manuela Caixas.

04 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de apoio financeiro extraordinário à Fábrica da Igreja Paroquial da Paróquia da Comporta, a qual de dá por reproduzida no anexo VI à presente ata.

A presidente referiu que, conforme consta da proposta, o edifício que anteriormente albergava as instalações do antigo Centro Paroquial apresenta uma utilização que se considera de particular interesse, existindo a intenção de o adaptar para funcionar como colónia de férias destinada a crianças provenientes de regiões com maiores dificuldades de acesso à praia, considerando tratar-se de uma iniciativa de relevante interesse social.

Acrescentou que o edifício se encontrava bastante degradado e que no mesmo funciona também a casa mortuária. Explicou que se verificou algum atraso no início das obras, em virtude de ter decorrido um processo na Câmara Municipal destinado a avaliar a forma como as mesmas deveriam ser executadas. Entretanto, as intempéries provocaram danos adicionais numa parte da cobertura do edifício, o que veio a aumentar os custos inicialmente previstos.

Nesse sentido, a presidente, informou que a entidade responsável pela intervenção solicitou um apoio financeiro ao Município, destinado a fazer face às despesas adicionais decorrentes da realização das obras. Sublinhando que o Município considera a intervenção de grande relevância, não apenas pela possibilidade de proporcionar melhores condições às crianças e jovens que venham a ser acolhidos naquele espaço e por contribuir para conferir maior dignidade às instalações, mas

também, e sobretudo, pelo facto de ali funcionar a casa mortuária, onde são realizados os velórios das pessoas falecidas na freguesia da Comporta.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

05 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de auxílios económicos diretos a alunos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – Ano letivo 2026/2027, a qual de dá por reproduzida no anexo VII à presente ata.
A presidente, referiu que, na reunião anterior, foram presentes as listas nominais relativas às candidaturas aos apoios sociais, tendo, entretanto, durante o mês de setembro, sido apresentadas novas candidaturas, quer aos auxílios económicos, quer às Atividades de Animação e Apoio à Família.
Nesse sentido, informou que a proposta em apreciação visa a aprovação dos auxílios económicos a atribuir às crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico abrangidas pelas referidas candidaturas.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

06 – Análise e votação da proposta referente à aquisição de estruturas pré-fabricadas destinadas a realojamento de pessoas e famílias afetadas pelas inundações de 2026 – Adjudicação, a qual de dá por reproduzida no anexo VIII à presente ata.
A presidente referiu que esta proposta, é sobre a aquisição de estruturas pré-fabricadas, assunto que tem sido objeto de análise e debate em anteriores Reuniões de Câmara. Informou que, após a tramitação do respetivo procedimento concursal, a proposta em apreciação contempla a adjudicação à empresa selecionada, bem como a aprovação da respetiva minuta do contrato.
A presidente questionou os vereadores sobre a existência de alguma dúvida ou questão relativamente à proposta, considerando que o assunto havia sido amplamente debatido nas anteriores reuniões de Câmara e que, após as várias horas de discussão, se encontrava suficientemente esclarecido.
Intervenções:
O vereador Rafael Correia, manifestou a sua preocupação relativamente à situação das famílias residentes na Herdade da Barrosinha, referindo que, na semana anterior, alguns elementos da CDU, se deslocaram ao local e contactaram com os moradores.
Referiu que várias das famílias manifestaram receio de que os respetivos contratos não sejam renovados em fevereiro, considerando que esta situação constitui motivo de preocupação e justificando a necessidade de maior clarificação por parte do Executivo.

Questionou qual é a responsabilidade da Herdade da Barrosinha, enquanto proprietária dos espaços onde aquelas famílias se encontram instaladas, e salientou que, até ao momento, a informação transmitida relativamente a esta matéria tem sido essencialmente verbal.

Referiu ainda que, estando em apreciação a minuta do contrato relativa à aquisição das estruturas pré-fabricadas destinadas ao realojamento das famílias, e sendo posteriormente disponibilizados os meios financeiros para o respetivo pagamento, deveria estar igualmente clarificada a responsabilidade da proprietária dos terrenos.

Nesse sentido, questionou qual o compromisso formal assumido pela Herdade da Barrosinha perante o Município e perante as famílias, designadamente quanto à manutenção dos contratos e à permanência das mesmas no local, considerando que não está suficientemente explicitado de que forma ficará salvaguardada a responsabilidade da proprietária.

Manifestou também preocupação perante informações que circulam sobre um eventual interesse de terceiros na aquisição da Herdade da Barrosinha, questionando se uma eventual alteração da propriedade poderia vir a ter consequências para as famílias, nomeadamente através da não renovação dos respetivos contratos.

Sublinhou que a sua intervenção pretende ser, sobretudo, um alerta e um contributo para encontrar uma solução para as 17 famílias, reiterando que, desde que assumiu funções, tem procurado posicionar-se do lado das soluções e não dos problemas.

Considerou, por isso, que, atendendo ao número de vezes que este assunto já foi discutido em reuniões de Câmara, deveria existir uma maior clarificação quanto à posição e às responsabilidades da já referida Herdade.

Por fim, o vereador Rafael Correia, questionou se, estando previsto um investimento público em estruturas a instalar em terrenos de propriedade privada, não seria igualmente possível assegurar a existência de um compromisso formal da Herdade da Barrosinha relativamente à situação das famílias, designadamente através de um documento que definisse claramente as responsabilidades de cada uma das partes.

A presidente, referiu que o Município se encontra a realizar um investimento em terreno privado, tendo o respetivo processo sido inicialmente desencadeado com o objetivo de assegurar alojamento a famílias.

Relativamente ao processo das habitações das famílias da Herdade da Barrosinha, a presidente referiu que o mesmo se encontra em desenvolvimento, salientando-se que o Município tem mantido reuniões presenciais com todas as pessoas envolvidas. Foi igualmente sublinhado que os compromissos assumidos relativamente a esta matéria não dizem respeito apenas ao atual Executivo Municipal, tendo também existido contactos e compromissos assumidos junto do Governo e da Comissão de

Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), diretamente perante as famílias abrangidas.

Neste âmbito, a presidente informou que se encontram agendadas, para a sexta-feira seguinte, duas reuniões com todas as pessoas envolvidas, tendo em vista prestar novos esclarecimentos, uma vez que o processo se encontra praticamente concluído, procurando-se, dessa forma, evitar dúvidas ou interpretações divergentes relativamente à situação.

A presidente salientou, que os compromissos assumidos relativamente à Herdade da Barrosinha não foram meramente verbais, existindo correspondência eletrónica trocada com as entidades competentes que documenta os compromissos assumidos, designadamente pelo Governo e pela CCDR.

A presidente esclareceu, contudo, que a intervenção atualmente em causa diz respeito à resolução de uma situação de alojamento temporário, solução que foi inicialmente identificada pela Secretaria de Estado da Habitação e que o Município pretende agora regularizar.

A presidente disse que, relativamente às habitações das famílias da Herdade da Barrosinha, foi reafirmado que o Município continua empenhado na sua resolução. Nesse contexto, foram identificadas duas situações habitacionais cujas candidaturas não puderam inicialmente ser apresentadas, tendo o Município solicitado à CCDR a respetiva avaliação. Uma das situações respeita a uma habitação cujo contrato se encontrava em nome do pai do atual ocupante, entretanto falecido.

Referindo que o Município tem vindo a trabalhar com a CCDR e com o Senhor Secretário de Estado, Hélder Reis, no sentido de serem validadas essas duas candidaturas, considerando-se importante assegurar que também aquelas duas habitações possam ser objeto de reabilitação, beneficiando do apoio e das condições aplicáveis às restantes intervenções.

Por fim, a presidente reiterou que todas as entidades e pessoas envolvidas têm acompanhado o processo e que o Município tem procurado assegurar informação regular às famílias, dando como exemplo o facto de, nas reuniões realizadas, serem convocadas todas as pessoas abrangidas, sendo que algumas das pessoas mais idosas comparecem acompanhadas por familiares, de forma a garantir que a informação prestada é devidamente compreendida e acompanhada.

A presidente confirmou novamente, que a próxima reunião com todas as famílias terá lugar na sexta-feira seguinte, onde será apresentado o ponto de situação do processo, designadamente quanto ao início das obras, permitindo que todas as pessoas voltem a receber diretamente os esclarecimentos necessários.

O vereador Rafael Correia esclareceu que não coloca em causa o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, considerando que este tem desenvolvido um bom trabalho. Sublinhou, contudo, que a sua principal preocupação se prende com a salvaguarda das 17 famílias atualmente abrangidas pelo processo da Herdade da Barrosinha, e nesse sentido, colocou a hipótese de, após a concretização do negócio relativo à Herdade da Barrosinha e o respetivo pagamento à entidade responsável, ocorrer uma alteração da propriedade ou da administração, podendo vir a ser transmitido às famílias que os respetivos contratos não seriam renovados ou que teriam de abandonar o local.

O vereador Rafael Correia questionou, se existe algum compromisso formal e escrito que assegure a permanência e os direitos das famílias, designadamente perante uma eventual alteração da entidade proprietária ou responsável pela exploração da Herdade.

O vereador António Grilo, esclareceu que existe informação escrita que confirma a autorização para a instalação do equipamento no local em causa, salientando-se que estão em causa dois processos distintos: por um lado, o apoio em fase de realojamento e, por outro, o processo de recuperação das habitações.

Relativamente ao realojamento, o vereador António Grilo referiu que, na sequência das inundações, algumas pessoas foram realojadas em soluções de alojamento temporário, nomeadamente em hotéis, casas particulares e habitações de familiares, tendo ficado, numa primeira fase, algumas famílias sem condições adequadas de realojamento. Na sequência da visita da Senhora Secretária de Estado da Habitação e dos contactos estabelecidos, foi acionado o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), com vista à criação de uma solução de emergência, à semelhança do que havia sido desenvolvido noutros territórios afetados. Nesse âmbito, foi desenvolvido um procedimento para instalação de estruturas modulares destinadas ao realojamento das pessoas desalojadas, algumas das quais se encontravam temporariamente alojadas em unidades hoteleiras. Assim que foram criadas condições para a instalação das estruturas, as famílias foram transferidas para as mesmas.

O vereador António Grilo sublinhou, que este processo de realojamento é distinto do processo de recuperação das habitações. No que respeita à relação entre proprietários e inquilinos, esclarecendo que se aplica o regime geral decorrente das relações contratuais existentes, à semelhança do que sucede noutras habitações afetadas por inundações.

O vereador António Grilo disse que relativamente, às habitações da Herdade da Barrosinha, o Município, tendo conhecimento da situação específica das famílias ali residentes, entendeu ser fundamental assegurar que o realojamento temporário fosse

efetuado junto das suas habitações, tendo desenvolvido esforços nesse sentido. Foi referido que, em alternativa, as estruturas modulares poderiam ter sido instaladas noutro local, designadamente no Parque Desportivo, em Pinhal de Alcácer, mas o que Município procurou, através dessa opção, exercer pressão e criar uma relação de compromisso entre as diversas entidades envolvidas.

O vereador António Grilo referiu ainda que, no âmbito deste processo, foram envolvidas diversas entidades, incluindo o Gabinete do Senhor Presidente da República, atendendo à existência de uma operação imobiliária associada ao imóvel e ao facto de este pertencer a um fundo de investimento. Considerou-se que, independentemente da intenção futura do fundo relativamente à alienação do imóvel, existem atualmente pessoas que residem no local ao abrigo de contratos de arrendamento, os quais já existiam antes da ocorrência da calamidade e que vinham sendo renovados nos respetivos prazos.

O vereador António Grilo, explicou que o objetivo do Município tem sido procurar estabelecer um compromisso de maior duração relativamente à permanência das famílias no local, embora não seja possível garantir que, daqui a cinco anos, os contratos de arrendamento se mantenham ou que as famílias permaneçam nas habitações, salientando que essa garantia não pode ser dada relativamente a qualquer inquilino que resida numa zona afetada por inundações, tendo já ocorrido situações na área inundada em que contratos foram cessados pelos respetivos proprietários, sem que o Município tivesse intervenção direta nesse processo, podendo, nesses casos, intervir apenas através do acompanhamento e apoio social às famílias.

No que respeita às estruturas modulares instaladas para o realojamento temporário, o vereador António Grilo, reiterou que as mesmas não permanecerão no local após a conclusão do processo de recuperação e o regresso das famílias às suas habitações. Tratando-se de estruturas pertencentes ao Município, serão posteriormente retiradas e recolocadas noutro local onde possam ser necessárias.

No que respeita especificamente à recuperação das habitações, o vereador António Grilo, explicou que o Município desenvolveu contactos com a Companhia Agrícola da Barrosinha, entidade que mantém relações com empreiteiros que lhe prestam serviços de reabilitação e que já intervieram em imóveis da própria Companhia situados na mesma zona. Referindo que o empreiteiro identificado irá realizar os trabalhos de recuperação das habitações das famílias, sendo celebrados contratos individualizados entre cada uma das pessoas e o respetivo empreiteiro. A Companhia Agrícola da Barrosinha assumirá, por sua vez, a fiscalização e coordenação dos trabalhos, assegurando a articulação entre os moradores e o empreiteiro.

O Vereador António Grilo, informou ainda, que estavam previstas reuniões para acompanhamento deste processo, designadamente uma reunião com o Conselho de Administração do Fundo e outra com as famílias, os representantes do empreiteiro e a Companhia Agrícola da Barrosinha, estando igualmente prevista, para sexta-feira, uma dessas reuniões.

O vereador António Grilo, salientou que este trabalho tem vindo a ser acompanhado de forma regular, através de contactos semanais com as entidades envolvidas, procurando garantir que o processo avance e que sejam salvaguardados os interesses das famílias.

O Vereador António Grilo, concluiu que, embora o Município não tenha controlo sobre a totalidade do processo nem possa garantir a manutenção dos contratos de arrendamento a longo prazo, dispõe de instrumentos e de uma posição negocial que lhe permitem procurar salvaguardar a permanência das pessoas no local. Foi, contudo, reiterado que, mantendo-se os contratos em vigor e sendo estes renovados anualmente, existe a expectativa de que as famílias possam permanecer nas habitações durante os próximos anos, sem que seja possível assegurar, desde já, a sua continuidade por um período de cinco anos.

A presidente esclareceu que, quando foi contactada pela Senhora Secretária de Estado com vista à procura de uma solução célere de alojamento para os 17 agregados familiares afetados, foi transmitida a possibilidade de instalação dos monoblocos junto ao parque desportivo, uma vez que existia espaço disponível para o efeito, contudo, o Executivo, tendo em consideração a importância de garantir a permanência das famílias no local e de assegurar o acompanhamento próximo da situação, entendeu que a localização dos monoblocos na Herdade da Barrosinha seria a solução mais adequada. Sublinhou que esta opção resultou de uma decisão consciente, tomada com o objetivo de evitar a deslocação das famílias para outro local e de permitir que a situação habitacional permanecesse visível e acompanhada, facilitando a adoção das medidas necessárias.

A presidente referiu ainda que, paralelamente à solução de alojamento, o Município desenvolveu um trabalho no âmbito das candidaturas aos apoios disponíveis, procurando assegurar que os mesmos fossem atribuídos diretamente às famílias abrangidas.

Salientando que, na sequência das inundações, houve diversos casos de inquilinos que foram despejados das habitações onde residiam, relativamente aos quais o Município não conseguiu intervir da mesma forma. No caso das famílias da Herdade da Barrosinha, porém, foi desde o início reconhecida a importância de garantir a sua permanência no local.

A presidente, reafirmou o seu empenho na continuidade desta solução e salientou a existência de diversos compromissos assumidos com as famílias e com várias entidades envolvidas no processo, considerando que existe um conjunto alargado de intervenientes e responsabilidades assumidas que importa continuar a acompanhar.

O vereador Mário Caixas, começou por fazer um breve apontamento antes de proceder à sua análise da proposta, referindo que, conforme havia sido mencionado, existirem documentos relativos aos contactos e compromissos assumidos entre o Governo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Companhia Agrícola de Barrosinha e o Município, salientou, contudo, que não têm conhecimento dos e-mails trocados nem dos compromissos assumidos entre aquelas entidades, apesar de os referidos documentos terem sido solicitados desde fevereiro de 2026, deixando essa questão registada.

A presidente, esclareceu que a documentação relativa ao assunto se encontra anexada às propostas e que os documentos foram facultados ao vereador, tendo este, inclusivamente, procedido à sua consulta.

O vereador Mário Caixas, contestou essa afirmação, referindo que não recebeu a documentação.

A presidente reiterou que os documentos foram disponibilizados e que existe registo de que o vereador os recebeu. Relativamente aos e-mails trocados entre as diferentes entidades, esclareceu que os mesmos não se encontram na posse do Município, estando na posse das respetivas entidades intervenientes, pelo que não seria possível facultar cópias dos mesmos.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente um Requerimento, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo IX à presente ata.

A presidente referiu que o assunto em apreciação já havia sido amplamente debatido em anteriores reuniões, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos relativamente ao processo.

Explicou que o processo teve origem numa situação de emergência desencadeada pela Secretaria de Estado da Habitação, que promoveu os contactos e diligências necessários com vista ao alojamento provisório das pessoas afetadas, à semelhança do que ocorreu noutras localidades do País.

Mais referiu que, no âmbito do processo em causa, o Município procurou agora concluir definitivamente a situação, salientando que o financiamento disponibilizado se destina especificamente ao pagamento das despesas necessárias à resolução da mesma.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com 2 votos a favor da presidente e do vereador António Grilo, com 1 voto contra do vereador Mário Caixas e com 2 abstenções dos vereadores Rafael Correia e Manuela Caixas.

A presidente solicitou ao vereador Mário Caixas, que a respetiva declaração de voto fosse anexada à ata, referindo que se passa muito tempo a ouvir o que o vereador lê, concluindo que se se gosta de se ouvir, deve pôr-se em frente ao espelho, leia, grave e depois passe muitas e muitas vezes. Concluindo que nestas reuniões estar a ouvir declarações suas, escritas, já se torna cansativo.

O vereador Mário Caixas, disse para a presidente fundamentar o que disse, em que não autoriza a exercer um direito próprio. O vereador pediu ainda que ficasse em ata tudo o que foi dito pela presidente

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente uma Declaração de Voto, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo X à presente ata.

A presidente referiu que a intervenção do vereador Mário Caixas se prolongava durante vários minutos, sem que, no seu entendimento, se verificasse um verdadeiro debate sobre as matérias em apreciação. Nesse sentido, manifestou o seu desagrado pelo facto de serem repetidos, por diversas vezes e ao longo da mesma reunião, argumentos e considerações já anteriormente apresentados, considerando que tal situação contribui para prolongar desnecessariamente os trabalhos.

Referindo ainda que, embora até então não pretendesse fazê-lo, passaria, a fazer cumprir os tempos de intervenção previstos no Regimento, por considerar que o atual funcionamento das reuniões não permitia uma discussão mais célere e efetiva dos assuntos.

Acrescentou que, na sua perspetiva, o vereador apresenta frequentemente as suas intervenções previamente preparadas por escrito, procedendo à sua leitura, sem que daí resulte um debate efetivo entre os membros do Executivo, reiterando que tal circunstância não beneficia o normal funcionamento das reuniões de Câmara.

07 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Requalificação do troço a céu aberto da Ribeira de Rio dos Clérigos" – Nomeação dos técnicos representantes do dono da obra – Fiscalização CMAS, a qual de dá por reproduzida no anexo XI à presente ata.

A presidente, disse que esta é uma proposta de nomeação de técnicos representantes do dono da obra, estando junto toda a informação necessária.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

08 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Estacionamento da Margem Sul da cidade de Alcácer do Sal" – Garantia da obra – Liberação parcial da caução / Reforço da caução (2º ano), a qual de dá por reproduzida no anexo XII à presente ata.

A presidente, disse que esta proposta é para aprovação da liberação parcial da caução e do reforço da caução para o segundo ano, propondo-se esta aprovação.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

09 – Análise e votação da proposta referente ao fornecimento de energia elétrica 2026/2027 ao abrigo do Acordo Quadro – AQ 01/2025 CC – CIMAL – Caducidade da primeira adjudicação e segunda adjudicação, a qual de dá por reproduzida no anexo XIII à presente ata.

A presidente introduziu o assunto relativo ao fornecimento de energia elétrica no âmbito da CIMAL, referindo tratar-se de uma matéria que tem suscitado preocupação, nomeadamente em virtude da atual oscilação dos preços e da instabilidade verificada no mercado energético.

Agradeceu o trabalho desenvolvido pela D.ª Ana Freitas nesta matéria e informou que teve oportunidade de contactar com outros municípios que se depararam com situações semelhantes, designadamente com contratos que vieram a terminar nas mesmas circunstâncias.

Informou que o Município se encontra em articulação com o consultor da CIMAL, D.º Tiago Monteiro, no sentido de encontrar a melhor solução para ultrapassar a situação.

Esclareceu que a proposta em apreciação diz respeito à revogação e declaração de caducidade da primeira e da segunda adjudicações, acrescentando que a terceira adjudicação será igualmente submetida à apreciação da Câmara Municipal, sob proposta de ratificação, face à urgência da decisão entretanto tomada.

Referiu ainda que, atendendo aos elementos disponíveis, tudo indica que será necessário proceder à abertura de um novo procedimento, salientando que, de acordo com os especialistas consultados, será importante reduzir tanto quanto possível o período entre a apresentação das candidaturas e a decisão final, embora reconhecendo as dificuldades decorrentes dos procedimentos administrativos aplicáveis.

Mais informou que o Município tem vindo a acompanhar e articular esta questão com o Ministério do Ambiente e Energia, com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Energia e com o consultor da CIMAL responsável pelos acordos-quadro, sendo todas

as ocorrências reportadas às entidades competentes. Sublinhou, contudo, que tais diligências não permitem, no imediato, ultrapassar a dificuldade existente.

A presidente, concluiu, referindo que a proposta submetida à Câmara Municipal consistia na ratificação do despacho por si proferido, justificando que a decisão teve de ser tomada de imediato, dada a urgência da situação e a impossibilidade de aguardar pela realização da presente reunião de Câmara.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

10 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Limpeza da Ribeira de Santa Catarina de Sítimos – Alcácer do Sal" – Declaração de caducidade da adjudicação e revogação da decisão de contratar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º, conjugado com os artigos 79.º e 80.º, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, a qual de dá por reproduzida no anexo XIV à presente ata.

A presidente informou que a empreitada havia sido adjudicada a uma empresa, a qual demorou um período considerável a apresentar a documentação necessária à celebração do contrato. O Município aguardou durante o período considerado legalmente possível e aconselhável pela entrega das declarações exigidas, o que, contudo, não se veio a verificar.

Face à não apresentação da documentação necessária, foi proposta a declaração de caducidade da adjudicação e a revogação da decisão de contratar, nos termos da legislação aplicável.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

11 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Limpeza da Ribeira de Santa Catarina de Sítimos – Alcácer do Sal" – Abertura de procedimento por ajuste direto, nos termos do n.º 1 e 2 do art.º 3.º do DL n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, conjugado com os artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, a qual de dá por reproduzida no anexo XV à presente ata.

A presidente referiu que esta é uma questão que tem sido colocada a vários colegas, salientando as dificuldades decorrentes da escassez de empresas a operar no território, bem como da instabilidade dos preços, nomeadamente dos combustíveis, com impacto nos custos dos restantes bens e serviços.

A título de exemplo, mencionou a situação da estrada dos Casebres, cuja empreitada de reabilitação foi adjudicada a uma empresa que, entretanto, foi chamada a realizar trabalhos de recuperação de uma estrada afetada pela tempestade Kristin, ao abrigo

da legislação aprovada para esse efeito. Esta situação provocou atrasos na execução dos trabalhos, justificando o pedido de prorrogação de prazo agora apresentado.
Face às dificuldades existentes na contratação de empresas e à instabilidade dos preços, apresentou novamente a proposta de abertura de procedimento por ajuste direto para a limpeza da Ribeira de Santa Catarina de Sítimos, em Alcácer do Sal.
Intervenções:
O vereador António Grilo, acrescentou que a intervenção em causa se insere na dinâmica do mercado e, concretamente, no âmbito do contrato estabelecido com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Fundo Ambiental. Esclareceu que esta foi uma das primeiras intervenções lançadas em termos de empreitada, tendo como objetivo que, até ao início ou, no máximo, ao final do mês de outubro, a Ribeira se encontre limpa, permitindo aumentar a sua capacidade de encaixe face às águas pluviais durante o outono e o inverno.
Referiu ainda que, caso a intervenção venha a sofrer algum atraso, a sua execução deverá ocorrer, previsivelmente, no início do próximo ano, uma vez que não será aconselhável realizar este tipo de operação durante o período de maior intensidade do inverno.
O vereador António Grilo, concluiu, salientando que, apesar das pretensões do Município e do trabalho desenvolvido pelos serviços técnicos, a dinâmica do mercado pode condicionar a concretização das intervenções nos prazos inicialmente previstos, originando situações como a que estava a ser analisada.

A presidente referiu que esta situação se verifica, tanto quanto se recorda, desde o início da guerra na Ucrânia, salientando a instabilidade que se tem verificado nos mercados. Acrescentou que estas dificuldades têm, por diversas vezes, condicionado os procedimentos de contratação e a execução dos respetivos fornecimentos, levando a que determinadas propostas tenham de ser novamente submetidas à apreciação da Câmara Municipal, designadamente devido à dificuldade das empresas em assegurar as entregas nos prazos previstos. Referiu ainda que estas dificuldades estão relacionadas, entre outros fatores, com a evolução dos preços e com a falta de mão de obra disponível.
O vereador Rafael Correia, referiu que existe, atualmente, um panorama pouco favorável a nível nacional no setor da construção, considerando o elevado número de obras lançadas no mesmo período, o que tem dificultado a capacidade de resposta das empresas. A título de exemplo, mencionou a empresa JJ Duarte, salientando-se que é uma das poucas empresas que ainda dispõe de capacidade para assegurar a

execução de diferentes intervenções. Manifestada preocupação quanto à evolução deste cenário, embora se tenha referido à expectativa de crescimento da atividade.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente, algumas questões que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo XVI à presente ata.

A presidente, deu a palavra à D.ª Ana Freitas.

A D.ª Ana Freitas, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Mobilidade, esclareceu que, relativamente ao procedimento para a intervenção na Ribeira de Santa Catarina, e na sequência da situação de calamidade, foram realizadas consultas preliminares ao mercado para dar resposta às diferentes necessidades identificadas.

Referiu que, relativamente à Ribeira de Santa Catarina, foram obtidas propostas de várias empresas, tendo uma delas, apresentado inicialmente uma proposta no valor de cerca de 400 mil euros, a qual se revelou, em termos de preço, mais favorável do que a proposta posteriormente apresentada no primeiro procedimento.

A Drª Ana Freitas, esclareceu ainda que, contudo, face ao regime de urgência aplicável na sequência da tempestade Kristin, a seleção da empresa não poderia atender exclusivamente ao critério do preço, tendo sido igualmente considerada a disponibilidade para iniciar os trabalhos com a maior brevidade possível. Nesse contexto, a empresa indicou, à data, uma disponibilidade para iniciar os trabalhos apenas vários meses mais tarde, enquanto uma outra empresa, que apresentou uma proposta de valor superior, demonstrou capacidade para iniciar os trabalhos num prazo significativamente mais curto.

Assim, no primeiro procedimento, foi selecionada a empresa que, apesar de não apresentar o preço mais baixo entre as consultas efetuadas, reunia melhores condições quanto à disponibilidade para o início dos trabalhos, considerando a situação de urgência existente.

Acrescentando que, posteriormente, a empresa adjudicatária não apresentou a Declaração de Não Dívida à Segurança Social, documento obrigatório para efeitos de contratação pública, cuja não apresentação determina a caducidade da adjudicação.

Referiu ainda que foram concedidos todos os prazos legalmente admissíveis e que o Município aguardou até ao limite possível pela regularização da situação, não tendo, contudo, sido possível ultrapassar aquela circunstância, face a essa situação, o Município procedeu novamente à consulta do mercado, tendo retomado os contactos com a empresa, que já anteriormente havia apresentado uma proposta de valor inferior. Esta proposta foi, entretanto, atualizada em função da evolução dos custos entretanto verificada no mercado, nomeadamente ao nível dos combustíveis e de

outros fatores associados à execução dos trabalhos, registando um acréscimo de cerca de vinte e poucos mil euros relativamente ao valor inicialmente apresentado.
A Dr.ª Ana Freitas, concluiu, esclarecendo que a proposta agora submetida à apreciação da Câmara Municipal, relativa à abertura de um segundo procedimento por ajuste direto, apresenta um valor mais favorável do que aquele que esteve subjacente ao primeiro procedimento, sendo que a opção anterior por outra empresa se ficou a dever, essencialmente, à maior disponibilidade demonstrada, àquela data, para o início dos trabalhos.
Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.

12 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Execução das ligações terra-rio na frente ribeirinha de Alcácer do Sal – 2 lotes" – Abertura de procedimento por concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, com revisão do preço base e divisão do objeto em dois lotes, a qual de dá por reproduzida no anexo XVII à presente ata.
A presidente, disse que esta proposta é referente à execução das ligações Terra-Rio na frente ribeirinha de Alcácer do Sal, visando a abertura de procedimento, por concurso público, para a realização das respetivas empreitadas, divididas em dois lotes:
- O Lote 1 corresponde à execução de uma rampa de acesso à água, na margem sul, encontrando-se definida a respetiva estimativa orçamental.
- O Lote 2 corresponde à execução de uma plataforma palafítica na margem norte, incluindo o prolongamento do Passeio dos Pescadores, dispondo igualmente de estimativa orçamental.
A presidente, referiu ainda, que a proposta visa, assim, o lançamento do procedimento concursal destinado à adjudicação das duas empreitadas que integram a intervenção de execução das ligações Terra-Rio na frente ribeirinha de Alcácer do Sal.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

13 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida, a qual de dá por reproduzida no anexo XVIII à presente ata.
A presidente, referiu que este pedido foi devidamente analisado pelos serviços técnicos, tendo sido proposta a respetiva atribuição. Foi ainda confirmado que o

requerente dispõe do dístico legalmente exigido para o estacionamento de pessoas com deficiência.

Salientado que, face às crescentes dificuldades de estacionamento na cidade, estes pedidos têm vindo a tornar-se mais frequentes, considerando-se importante atender às necessidades específicas das pessoas com mobilidade reduzida e às dificuldades que enfrentam no seu quotidiano, designadamente em matéria de mobilidade.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

14 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida, a qual de dá por reproduzida no anexo XIX à presente ata.

A presidente, referiu que esta proposta é igualmente, para atribuição de um lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida. Trata-se do pedido apresentado pelo pai de uma menor com mobilidade reduzida, encontrando-se o processo devidamente instruído e tendo sido objeto de análise pelos serviços técnico.

Na sequência da análise efetuada, foi apresentada proposta para a atribuição do respetivo lugar de estacionamento, devidamente identificado com a matrícula da viatura, encontrando-se cumpridos todos os requisitos e formalidades necessários.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

15 – Análise e votação da proposta referente à alteração ao loteamento municipal de Montevil, a qual de dá por reproduzida no anexo XX à presente ata.

A presidente deu a palavra ao Arquiteto Ricardo Ambrósio, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanistica.

Intervenções:

O Arquiteto Ricardo Ambrósio, referiu que o uso anteriormente atribuído ao lote se destinava exclusivamente a comércio, propondo-se agora a alteração de forma a permitir também o uso habitacional. Assim, o lote passará a ter duas utilizações distintas, designadamente habitação e comércio.

Referido ainda, que se trata, ao que tudo indica, do lote onde anteriormente funcionou o supermercado, em Montevil.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

16 – Análise e votação da proposta referente à alteração ao loteamento de Albergaria, titulado pelo alvará n.º 2/1986, de 26 de fevereiro, a qual de dá por reproduzida no anexo XXI à presente ata.

A presidente, referiu que esta proposta é para a alteração de um loteamento, incidindo sobre o Lote 4, nomeadamente quanto à alteração da área de implantação e da área de construção, bem como dos respetivos índices de utilização e de ocupação do solo.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

17 – Análise e votação da proposta referente à 8.ª alteração às Grandes Opções do Plano (GOP's) e 8.ª alteração ao Orçamento, a qual de dá por reproduzida no anexo XXII à presente ata.

O vereador António Grilo referiu que esta proposta se trata da 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, a qual contempla dois reforços ao nível do Plano Plurianual de Investimentos.

Referindo que o primeiro reforço se destina a possibilitar a aquisição de equipamento informático (hardware), em virtude dos prejuízos e perdas ocorridos na sequência da tempestade Kristin, que afetaram os serviços municipais. O segundo reforço, é respeitante, à melhoria da certificação energética do edifício do Centro Náutico de Produção do Rio Sado. Explicado que o investimento em causa havia sido objeto de candidatura a financiamento, sendo um dos requisitos a obtenção de determinado nível de certificação energética, condição que não foi prevista aquando da elaboração do projeto de arquitetura. Torna-se, assim, necessário proceder a alguns ajustamentos e adquirir os equipamentos adequados, de modo a assegurar o cumprimento daquele requisito, permitindo o acesso ao financiamento e evitando, designadamente, a eventual necessidade de devolução de verbas.

O vereador António Grilo, disse ainda que, entre as ações mais relevantes contempladas na alteração, se encontra um reforço, destinado aos serviços de transferência e tratamento final de resíduos sólidos urbanos, decorrente do acréscimo significativo da quantidade de resíduos recolhidos na sequência da situação de calamidade.É igualmente previsto um reforço é destinado à limpeza das piscinas municipais.

O vereador António Grilo, concluiu dizendo que, embora sem relação direta com a presente alteração orçamental, se encontram reunidas as condições para a reabertura da piscina municipal coberta, prevista para o dia seguinte.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

18 – Análise e votação da proposta referente ao apoio financeiro extraordinário à Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer – Calceteira, para comparticipação na aquisição e instalação de equipamento de climatização do salão nobre do edifício sede, a qual de dá por reproduzida no anexo XXIII à presente ata.

O vereador António Grilo, referiu que no âmbito do diagnóstico realizado junto do Movimento Associativo, e tendo em consideração as necessidades identificadas pelas instituições, conjugadas com as disponibilidades orçamentais existentes nesta fase, foi apresentada uma proposta de apoio direto à Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer onde a mesma manifestou a necessidade, já identificada há algum tempo, de proceder à instalação de um sistema de climatização no salão do seu edifício, tendo apresentado um orçamento para a realização desse investimento.

O vereador António Grilo disse que a proposta em apreciação visa, assim, a atribuição de um apoio financeiro destinado à concretização da referida intervenção, numa lógica de investimento e de reforço das condições do equipamento, contribuindo para a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas naquele espaço.

Salientou ainda que a medida se enquadra numa política de proximidade e de apoio ao Movimento Associativo, procurando dar resposta às necessidades identificadas pelas instituições e contribuir para a melhoria das condições dos respetivos equipamentos e infraestruturas.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião pelas 11h38m, sendo a respetiva ata aprovada em minuta, a fim das deliberações constantes da mesma adquirirem eficácia, nos termos do art.º 57.º, nºs 3 e 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E eu, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistente técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi a presente ata que assino com a presidente da Câmara Municipal.

A presidente da Câmara Municipal

A assistente técnica

Praça Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal
Tel: 265247000 - Fax: 265247003
secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt

Anexo I

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Sra. Presidente

Srs. Vereadores

Em reuniões anteriores desta Câmara, designadamente na última, o Sr. Vice-Presidente, pretendendo desvalorizar o óbvio, opinou que as discordâncias das minhas posições como vereador, com as da gestão por ele exercida e pela Sra. Presidente, assentam no essencial em conflitos pessoais com ambos.

Importa esclarecer, que não tenho relacionamentos com a Sra. Presidente e o Sr. Vice-Presidente, que vão para lá da urbanidade entre conterrâneos, e que eles não se alteraram pela integração na mesma candidatura a esta Câmara que subscrevemos, nem pelo temporário, meu exercício de funções executivas, quando o convite para aquele efeito que pela primeira me foi dirigido, como independente --- atributo que pela conduta posterior dos mesmos, seguramente não foi o que me reconheceram como vantajoso --- não se fundou em razões de empatia que se hajam degradado, mas de interesse.

Pela minha parte, a aceitação do mesmo, baseou-se na convicção de que o exercício das respectivas funções, contribuiria genericamente para a prossecução dos interesses da população de Alcácer, e especificamente para um ambiente institucional de observância dos princípios democráticos na acção, do diálogo como instrumento de trabalho, no respeito pela dignidade dos outros, sem autoritarismos nem coacções, muito menos servilismo perante os que se entendam poderosos.

E, não existindo motivos para conflitos de natureza pessoal, repete-se o que afirmei na reunião desta Câmara de 12.03.2026, quando a Sra. Presidente informou o órgão do despacho que proferiu retirando-me a supervisão dos pelouros que me havia atribuído, de que a questão reconduz-se a divergências quanto à sua actuação (da Sra. Presidente), de natureza política no concernente aos objectivos que então e ora se reduzem à satisfação do seu egocentrismo, e institucionalmente quanto aos meios, quando o ordenamento legal se cumpre em função das suas conveniências.

Modo de agir, que é inerente ao entendimento que da sua função tem a Sra. Presidente, de que o exemplo mais relevante é o ainda resiliente assunto dos contentores/habitação no campo de futebol da Barrosinha, marcado desde início, em Fevereiro passado, pela evidente não observação das normas do RJUE, e depois pela irregularidade dos meios de financiamento da solução (!!) adoptada, discriminando de forma acintosa os demais lesados em habitações em outros vários locais do concelho, que não conseguiram como os 27 cidadãos da Barrosinha afectados, usufruir de um poder negocial não identificado, medido na ordem de 900.000 euros.

Actuação rejuvenescida em permanência, com o seu domínio (sic) sobre o site do Município, órgão informativo do sector público, não do privado, a quem se exige que norteie a informação

com a exclusiva finalidade, pelo pluralismo e isenção, em vez da promoção descarada e doentia do pseudo-desempenho ("muita parra... nenhuma uva") da Sra. Presidente, em que a propaganda, asfixiante de tudo em redor, se apresenta como substituto da inábil gestão.

Anote-se a este propósito, o publicado em 12.09.26, vangloriando-se a sua administração, que se apresenta como salvadora (sic) de afundamento do galeão municipal "Amendoeira" --- sempre com a marca do sistemático desrespeito do cumprimento do direito de oposição, quando se inclui na notícia (!!) a censura a gestão municipal anterior, sem facultar aos visados, que no mesmo espaço do site se explicassem --- no fundo similarmente ao da salvação prometida em out-doors publicitários que ora vão pululando, também no nosso concelho, o mesmo modo de comunicação populista e retrógrado.

Sr. Vice-Presidente, ficamos esclarecidos.

+

Ainda por referência à promoção pessoal que guia a Sra. Presidente, vários munícipes fizeram-me chegar conteúdos do seu facebook pessoal, em que à margem dos comandos legais, são utilizados vídeos e fotografias produzidos pelos Serviços Municipais, como tive oportunidade de confirmar, revendo o site e o facebook do Município.

É o caso a título de exemplo da foto publicada no facebook do Município em 30.07.2026 na apresentação do "single" do M1ke e Zé Maria, no Mercado Municipal de Alcácer, bem como da foto publicada em 03.08.26, de notícia sobre a Feira de Agosto no Torrão e da foto publicada no dia 13.09.2026, relativa às Festas em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes na Carrasqueira, fotos estas que a Sra. Presidente utilizou para fazer uma publicação na sua página pessoal do facebook, no dia 16.09.2026, sem qualquer referência à sua origem.

Mais, várias fotos respeitantes à publicação de dia 05.09.2026 na página de facebook do Município relativas à iniciativa - *Património - Passeios Guiados* - são reproduzidas pela Sra. Presidente em publicação na sua página pessoal, nesse mesmo dia, também sem qualquer menção à sua origem.

É imposição legal que a utilização, no caso que interessa, pelo Presidente da Câmara no seu facebook pessoal, de material produzido pelos serviços municipais, é lícita a ser feita com utilização da ferramenta nativa de "partilhar" (repost) ligando a sua página pessoal à publicação original do Município, ficando a origem do conteúdo identificada de forma transparente. **Ou**, fazendo a cópia de conteúdos (upload directo) descarregando as fotos/vídeos criados pelos funcionários da autarquia (com recursos públicos) e creditando a fonte (ex. Foto Município x).

Ainda, noutra vertente e no caso de Presidente da Câmara, sob pena de desvio de funções ou uso indevido de meios públicos, não lhe é permitida a utilização activa no seu perfil pessoal, para autopromoção política contínua, através da apropriação de conteúdos municipais.

Retomando os conteúdos do facebook pessoal da Sra. Presidente, que referi, os mesmos pautam-se pela apropriação que lhe está vedada, sem a identificação da publicação original do Município.

Nesta parte da declaração, esperamos que por iniciativa própria, e como expressão do seu espírito democrático, a Sra. Presidente cesse de imediato com esta situação, em respeito **pelos funcionários da autarquia** e pelos demais munícipes de Alcácer.

+++

Finalmente, ainda na reunião deste órgão em 10.09.26, foi rejeitada a proposta por mim apresentada, de revogação de competências delegadas à Sra. Presidente na deliberação de 03.11.2025 (não incluindo o RJUE), com um voto a favor (o meu) e quatro votos contra.

A dita proposta assentava na necessidade de discussão sobre tema que, na senda do histórico foi aprovado sem debate em **03.11.25**, então num contexto de início de mandato, e da verificação da superveniente inexistência de confiança institucional e política da Câmara relativamente à Sra. Presidente.

Ainda que formalmente se exercitasse a revogação pela delegante Câmara, a Sra. Presidente, foi quem melhor entendeu a relevância do assunto, com habilidade reconheça-se, converteu a deliberação no equivalente não a uma moção de censura, mas antes a uma moção de confiança sem o ónus da propositura desta.

Satisfeito o objectivo da discussão, sobretudo com a intervenção feita pela Sra. Presidente, também o resultado da votação permitiu clarificar, a efectiva subjugação dos interesses dos munícipes alcacerenses a outros interesses, porventura de Palmela, Seixal, Sesimbra e Sines, realidade que se impõe constatar e documentar para não ser negada.

Por nós, continuaremos a defesa dos interesses dos munícipes alcacerenses exigindo o cumprimento da lei, bem como dos outros princípios da candidatura que integrámos, e que a gestão da Sra. Presidente e do Sr. Vice-Presidente subvertem por sistema, com suporte na legítima posição dos demais Srs. Vereadores em conformidade com a orientação da candidatura que estes subscreveram.

Sra. Presidente, não desdenharei a oportunidade que venha a surgir, para passarmos da clarificação verificada para a revogação pretendida, no caso concreto, condição de uma gestão municipal democrática.

TENHO DITO

Alcácer do Sal, 24 de Setembro de 2026

O Vereador

Mário Alberto Martins Caixas

Anexo IX

Proposta 06 – Análise e votação da proposta referente à aquisição de estruturas pré-fabricadas destinadas a realojamento de pessoas e famílias afectadas pelas inundações de 2026 - Adjudicação

1. Vamos percebendo que as repetidas respostas da Sra Presidente, de que "está tudo respondido" ou o "responderei por escrito" não se adequam a esta análise oral, significam que **não haverá mais nada documentado**, que não tenha sido disponibilizado com a convocatória, sem que tal signifique que por não estar no processo não exista.

2. Neste entendimento, não foi feito o enquadramento no **RJUE** da Obra que se pretende na PROPOSTA em discussão, designadamente licenças emitidas e seu conteúdo --- é caso do aforismo "*em casa de ferreiro espeto de pau*" --- como não consta nenhuma documentação sobre a posição do dono do terreno, este que é de propriedade privada.

3. DESDE JÁ, e insistindo no que disse em reuniões anteriores, **CHAMO A ATENÇÃO** que se conta para satisfazer a autorização de despesa inerente ao contrato visado pela PROPOSTA, com o financiamento proporcionado pelo contrato interadministrativo entre a CCDR-Alentejo e o Município, de **18.08.2026**, em que se assume uma consignação de receita em desvio ao princípio do artigo 9º-C nº 1 da Lei nº 73/2013 de 10.09 (Regime Jurídico de Financiamento das Autarquias Locais, RJFAL, sem que a invocada disciplina do artigo 22º-A do mesmo diploma o faculte, enquanto a situação é reconduzível apenas ao disposto no artigo 22º ex-vi art. 9º-C n.º2 c) ambos da mesma Lei, **cujos requisitos não se observaram,** com a consequência da nulidade daquele prevista no n.º 6 do mesmo artigo 22º, **OU SEJA, É IRREGULAR O SUPRACITADO FINANCIAMENTO.**

\+

4. Não é possível discutir a PROPOSTA em análise, sem REMEMORAR a OBRA de Fevereiro e Março de 2026, a saber:

4.1. O contrato de aluguer que se disse por 24 meses, celebrado com a MBW – Modular Builders WorldWide, Lda., existiu (vide alteração orçamental na Reunião de Câmara de 19.03.2026), seja ou não nulo, e já então a marca da inexistência da respectiva documentação.

4.2. Então, como agora, nada sobre o enquadramento da Obra de Fevereiro-Março de 2026, no RJUE ;

4.3. Nunca foi suscitada qualquer alteração ao dito contrato com a MBW, Lda. nem à correspondente Obra de Fevereiro-Março de 2026, esta que foi executada e entrou ao serviço (início do período de aluguer).

4.4. O contrato de aluguer tem sido cumprido pela parte da MBW, Lda (pelo Município não sabemos), a qual vem disponibilizando as coisas alugadas que são suas (**dirão os juristas uma prestação de facto**).

+

5. Retomando a PROPOSTA, esta visa a celebração com a MBW, Lda., de um contrato de aquisição/compra de 17 contentores/habitação a instalar no campo de futebol da Barrosinha, no prazo de 10 dias após a assinatura do contrato formalização, ou seja, **uma relação nova, com objecto distinto do contrato de aluguer de Fevereiro de 2026,** que consiste na entrega dos 17 contentores/habitação **a instalar** (futuro) **(para os juristas uma prestação de coisa).**

6. Para a execução do contrato em PROPOSTA, NÃO SE REFERE QUE SE HAJA DE PROCEDER PREVIAMENTE à desinstalação dos 17 contentores/habitação com utilização temporária em curso desde Março passado, sendo locatário o Município, e posteriormente se instalariam outros 17 contentores/habitação (a entregar) destinados a utilização não temporária (supostamente de melhor qualidade).

7. A deliberação que vier a ser tomada é um acto administrativo, que por isso impõe a respectiva fundamentação, ainda especificamente no que concerne à justeza dos preços objecto da PROPOSTA, num quadro em que a gestão da Sra Presidente e do Sr.Vice-Presidente se esforçou por não realizar a consulta preliminar ao mercado que se impõe, já quando da adopção da contratação ser por via do ajuste directo, e agora também.

8. Feita uma pesquisa informal ao mercado, sobre preços praticados no fornecimento de contentores /habitação, mobilados e equipados, 14 tipo T1 área de 30 m2, 3 tipo T2 área de 44 m2, e 1 lavandaria com 30 m2, devidamente equipada, em regime de aluguer em 24 meses, ou como aquisição/compra, em terreno urbano próprio, e ainda que sendo preços indicativos, constatei:

a) para alugar, um valor médio de renda mensal , nos números indicados dos tipos T1, T2 e lavandaria, um total por mês sem IVA de 8.750 euros, ou seja em 24 meses de 210.000 euros;

b) para compra, um valor médio do preço, nos números indicados dos tipos T1, T2 e lavandaria, no total de 612.500 euros.

9. COMPARANDO, estes valores com o do total das rendas a pagar no âmbito do Contrato de aluguer em vigor --- A SITUAÇÂO QUE SE VERIFICA NO TERRENO --- de 638.000 euros sem IVA, este é cerca de 300 % acima do preço médio resultante da pesquisa que fiz para alugar, ou seja o aluguer de Fevereiro de 2026, traduz-se numa relação comercial, no mínimo anormalmente vantajosa para a MBW, Lda, consequência da adopção do ajuste directo informalmente então seguido.

10. E, não se diga que esta SITUAÇÂO GRAVOSA PARA O MUNICÍPIO se remediará com a compra, pelo preço no mesmo valor de 638.000 euros sem IVA, objecto da PROPOSTA em análise, mesmo que este represente apenas cerca de 4% acima do preço médio de mercado para compra dos contentores, **porque a despesa neste montante continua assumida**.

11. A todos os demais Srs membros desta Câmara, ADVIRTO que a pretender-se BRANQUEAR (sic) o contrato de aluguer de Fevereiro de 2026, com o contrato de aquisição objecto da PROPOSTA, em que se invocasse o cumprimento (futuro) deste por a MBW, Lda. com a execução já realizada (pretérito) da Obra de Fevereiro/Março de 2026, se contará sempre com o meu voto contra.

++

I Do que antecede não há fundamento operacional, económico e jurídico para a aprovação da PROPOSTA da MBW, Lda. de 01.09.2026, que por isso deve ser rejeitada, indo eu votar contra.

II A terminar, recordo o entendimento da jurisprudência, de que a responsabilidade financeira pessoal de membros da Câmara Municipal, pela aprovação de deliberações que contrariem normas legais geradoras daquela, no caso deste órgão em que são cinco os votantes, e sabendo-se que a proponente Sra Presidente será acompanhada no sentido de votação pelo Sr. Vice-Presidente, tem a especificidade de que aquela recairá tanto sobre quem aprove a proposta, como sobre quem se abstenha relativamente à mesma, sabendo que tal importará a sua aprovação.

Alcácer do Sal de 24 de Setembro de 2026

O Vereador

Mário Alberto Martins Caixas

ANEXO X

Proposta 06 – Análise e votação da proposta referente à aquisição de estruturas pré-fabricadas destinadas a realojamento de pessoas e famílias afectadas pelas inundações de 2026 - Adjudicação

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. Em anteriores procedimentos conexos com o assunto contentores /habitação instalados no campo de futebol da Barrosinha, iniciado em Fevereiro de 2026, quando eu ainda exercia funções de vereador com pelouros atribuídos, tive oportunidade de acentuar que tal intervenção sucedeu no meu absoluto desconhecimento, enquanto a Sra. Presidente entende os seus poderes compartilhados com a Câmara Municipal, como lhe conferindo o monopólio da análise das questões, à margem dos vereadores com funções executivas, e por maioria de razão dos que não as exercitam, para depois nas reuniões do órgão confrontar todos, com os compromissos que vai assumindo sem competência nem discussão.

2. No caso dos ditos contentores/habitação, a Sra. Presidente desde que dele se conheceu, em Fevereiro passado, invocou como sinal da consistência da solução, que o Estado a propôs e vai financiá-la, quando a obrigação de custeio dos 17 contentores/habitação, da ordem dos 900.000 euros, não deixa de ser obrigação inaceitável do ponto de vista económico, enquanto as utilidades proporcionadas por aqueles o poderiam ser por opção muito menos dispendiosa --- segundo critério que já se avançou, não mais de 250.000 euros, correspondentes a 10.000 euros X 17 habitações = 170.000 euros, por reparação em 3 meses de cada habitação, **mais** 80.000 euros de despesas de alojamento durante esses três meses para as 27 pessoas afectadas. Em contraste com a dimensão da duração do aluguer e consequente despesa, expressão da opção política de não se pretender fazer a recuperação das 17 habitações num período máximo de 3 meses, há muto ultrapassado, o adequado à obra e à integridade física e psíquica dos habitantes afectados.

3. Obrigação assumida do ponto de vista financeiro à margem das normas que regulam a cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais, quando no contrato interadministrativo entre a CCDR-Alentejo e o Município de 18.08.2026, se consagra a consignação de receita só admissível com os requisitos previstos no artigo 22º ex-vi art. 9º-C nº2 c) ambos da Lei nº 73/2013 de 10.09 (Regime Jurídico de Financiamento das Autarquias Locais, RJFAL), que não se observaram, em vez do que se discorreu como fundamento a disciplina do art. 22º-A do mesmo diploma que contempla situações de receitas não consignadas (referido art. 9º-C), com a consequência da nulidade daquele prevista no nº6 do dito artigo 22º.

4. Mais, ainda que não seja a questão ora em análise, não foi demonstrada a realização da consulta preliminar ao mercado que justifique a opção pelo ajuste directo aprovado em reunião deste órgão de 27.08.2026, o que face à disciplina dos artigos 112º a 127º da Lei nº18/2015 de 10.08. (Código de Contratação Pública, CCP) e do regime excepcional do D. L. 40-A/2026 de 15.02., significa que a aceitação da PROPOSTA apresentada, **sem elementos comparativos fiáveis**, é o que

uma decisão administrativa, como o é esta deliberação, não pode ser, ou seja sem a devida fundamentação.

5. Também, não existe na documentação junta e portanto não se verificou, o enquadramento no RJUE da Obra que se pretende na Proposta, designadamente licenças emitidas e seu conteúdo.

6. RETORNANDO AGORA NO TEMPO, a situação de partida do que ora se discutiu, foi o contrato para aluguer de 17 contentores/habitação, celebrado em meados de Fevereiro passado pela Sra. Presidente com a MBW– Modular Builders WorldWide, Lda., por 24 meses ---- prazo indiciador do desnorte da opção ---- tendo por objecto a instalação daqueles no campo de futebol da Barrosinha, num valor total com montagem **e sem infraestruturas** da ordem de 638.000 euros s/ IVA, com acolhimento orçamental da respectiva despesa aprovado na reunião desta Câmara de 19.03.2026.

7. Ainda, não vimos a documentação desta relação de Fevereiro de 2026, fosse por troca de mensagens ou pela específica formalização, não se observou o regime do Código da Contratação Pública, o que se fere aquela de nulidade não implica a inexistência do contrato em causa.

8. Até ao momento não foi feito o enquadramento da Obra de Fevereiro-Março de 2026, no RJUE, sem esquecer que o terreno em causa é de propriedade privada, e no processo não há conhecimento da posição do dono do mesmo.

9. Nunca foi suscitada qualquer alteração ao dito contrato com a MBW, Lda. nem à correspondente Obra de Fevereiro-Março de 2026, esta que foi executada e entrou ao serviço (início do período de aluguer) até àquele dia 19.03.2026.

10. Neste quadro, a PROPOSTA visando a celebração com a MBW, Lda. de um contrato de aquisição/compra de 17 contentores/habitação a instalar no campo de futebol da Barrosinha, no prazo de 10 dias após a assinatura do contrato formalização, **é uma relação nova, com objecto distinto do contrato de aluguer de Fevereiro de 2026, este que** a MBW, Lda. vem **cumprindo** (pretérito perfeito composto do indicativo do verbo cumprir) disponibilizando as coisas alugadas que são suas (dirão os juristas uma prestação de facto), enquanto o objecto do contrato em discussão consiste na entrega dos 17 contentores/habitação **a instalar** (futuro) (para os juristas uma prestação de coisa), em ambos os casos sem prejuízo das garantias que lhes correspondam.

11. Feita uma pesquisa informal ao mercado, sobre preços praticados no fornecimento de contentores /habitação, mobilados e equipados, 14 tipo T1 área de 30 m2, 3 tipo T2 área de 44 m2, e 1 lavandaria com 30 m2, devidamente equipada, em regime de aluguer em 24 meses, ou como aquisição/compra, em terreno urbano próprio, e ainda que sendo preços indicativos, constatei,

a) para alugar, um valor médio de renda mensal , nos números indicados dos tipos T1, T2 e lavandaria, um total por mês sem IVA de 8.750 euros, ou seja em 24 meses de 210.000 euros;

b) para compra, um valor médio do preço, nos números indicados dos tipos T1, T2 e lavandaria, no total de 612.500 euros.

12. COMPARANDO, estes valores com o do total das rendas a pagar no âmbito do Contrato de aluguer em vigor --- A SITUAÇÂO QUE SE VERIFICA NO TERRENO --- de 638.000 euros sem IVA, este é cerca de 300 % acima do preço médio resultante da pesquisa que fiz para alugar, ou seja o aluguer de Fevereiro de 2026, traduz-se numa relação comercial, no mínimo anormalmente vantajosa para a MBW, Lda., consequência da adopção do ajuste directo informalmente então seguido.

13. E, não se diga que esta SITUAÇÂO GRAVOSA PARA O MUNICÍPIO se remediará com a compra, pelo preço no mesmo valor de 638.000 euros sem IVA, objecto da PROPOSTA em análise, mesmo que este represente apenas cerca de 4% acima do preço médio de mercado para compra dos contentores, **porque a despesa neste montante continua assumida.**

14. Não vem referido em nenhum documento, que para a execução do contrato em PROPOSTA, se procederá previamente à desinstalação dos 17 contentores/habitação com utilização temporária em curso desde Março passado, sendo locatário o Município, e posteriormente se instalariam outros 17 contentores/habitação (a entregar) destinados a utilização não temporária (supostamente de melhor qualidade), em conformidade com a PROPOSTA da MBW, Lda., em análise.

15. A todos os demais Srs. membros desta Câmara, ADVERTI que a pretender-se BRANQUEAR (sic) o contrato de aluguer de Fevereiro de 2026, com o contrato de aquisição objecto da PROPOSTA, em que se invocasse o cumprimento (futuro) deste por a MBW, Lda. com a execução já realizada (pretérito) da Obra de Fevereiro/Março de 2026, se contará sempre com o meu voto contra.

CONSIGNO *a introdução por mim na discussão, do entendimento jurisprudencial de que a responsabilidade financeira pessoal de membros da Câmara Municipal, pela aprovação de deliberações que contrariem normas legais geradoras daquela, no caso deste órgão em que são cinco os votantes, e sabendo-se que a proponente Sra. Presidente será acompanhada no sentido de votação pelo Sr. Vice-Presidente, tem a especificidade de que aquela recairá tanto sobre quem aprove a proposta, como sobre quem se abstenha relativamente à mesma, sabendo que tal importará a sua aprovação.*

Em CONCLUSÃO,

Estas são as razões do meu voto contra, desresponsabilizando-me financeiramente das obrigações que se pretendam imputar ao Município.

Alcácer do Sal, 24 de Setembro de 2026

O Vereador

Mário Alberto Martins Caixas

Anexo XVI

Proposta 11 – Análise e votação da proposta referente à empreitada"Limpeza da Ribeira de Santa Catarina de Sítimos – Alcácer do Sal" – Abertura de procedimento por ajuste directo.

Relativamente a esta proposta, tenho as seguintes questões:

- Qual a Justificação para a Queda Abrupta do Preço **(-40%)**, Se as condições, o caderno de encargos e os requisitos técnicos são *exactamente os mesmos*, como é que o valor base desce de **706.720 mil euros** para **420.000 mil euros**?

- O valor inicial estava sobrevalorizado?

- O novo valor de 420.000 mil euros é realista ou comporta riscos de execução (o preço é anormalmente baixo)?

- Quais foram as empresas especializadas neste tipo de trabalhos a que foram efectuadas consultas preliminares e qual o preço indicado por cada uma delas?

Alcácer do Sal, 24 de Setembro de 2026

O Vereador

Mário Alberto Martins Caixas